

iCS
instituto
CLIMA e SOCIEDADE

Relatório
ANUAL 2025



Mulher Yanomami plantando cacau: uma das fotos vencedoras do concurso de fotografias "Olhar pelo Clima", obra da exposição em Belém que marcou os 10 anos do Instituto, durante a COP30

Sumário

MENSAGEM INSTITUCIONAL 03

GOVERNANÇA 05

PESSOAS & CULTURA 06

GESTÃO DE DOAÇÕES 07

ESTRATÉGIA PROGRAMÁTICA 2026-2030 09

ATIVIDADES PROGRAMÁTICAS 10

- Ações transversais aos eixos: COP30 no Brasil, agenda climática global e financiamento climático 11
- Uso da terra 16
- Transição energética, industrial e de transportes 18
- Política climática e arcabouço institucional 20
- Agentes de mudança para a ação climática 22
- Oportunidades 24

GESTÃO FINANCEIRA 26

AGRADECIMENTOS 27

iCS: 10 anos fortalecendo o campo, **ACELERANDO A IMPLEMENTAÇÃO**

Por Maria Netto e Sérgio Gusmão Suchodolski

Ao completar uma década de atuação, o Instituto Clima e Sociedade chega a um momento de clara maturidade institucional. Ao longo desses dez anos, o iCS contribuiu para consolidar o campo climático no Brasil por meio da mobilização e alocação estratégica de recursos e, sobretudo, pela construção de pontes entre sociedade civil, setor público, setor privado, ciência e financiadores. Essa trajetória consolidou o Instituto como uma plataforma brasileira técnica, independente e apartidária, capaz de articular atores, conhecimento e instrumentos para transformar ambição climática em capacidade de implementação.



MARIA NETTO
Diretora Executiva



SÉRGIO G. SUCHODOLSKI
Presidente do Conselho

Essa evolução acompanha o próprio amadurecimento da agenda climática nacional. Se, na última década, o desafio central foi consolidar marcos, coalizões e legitimidade política, o momento atual é de execução. Trata-se de uma transição que é, ao mesmo tempo, operacional, econômica e social: a agenda climática passa a se integrar de forma mais direta às estratégias de desenvolvimento, prosperidade, competitividade e inclusão. O desafio deixa de ser apenas mobilizar recursos ou construir consensos e passa a envolver a capacidade de direcionar investimentos, estruturar cadeias produtivas, gerar oportunidades econômicas e assegurar que os benefícios da transição sejam amplamente distribuídos e inclusivos.

Nesse contexto, ganha centralidade a capacidade de transformar compromissos e instrumentos em resultados concretos. Isso inclui enfrentar gargalos recorrentes de implementação, entre eles o chamado financiamento de "última milha" — não apenas como uma questão de volume de recursos, mas como a capacidade de fazer com que capital estruturado em nível nacional ou internacional se traduza em projetos viáveis, investimentos executáveis e impactos reais nos territórios. Em agendas como restauração, bioeconomia e adaptação, o pipeline frequentemente existe, mas enfrenta barreiras de estruturação, risco, coordenação e capacidade de execução.

A agenda de implementação também exige maior conexão com a realidade territorial. A execução de políticas climáticas passa, em grande medida, por estados e municípios — seja na gestão do uso da terra, na mobilidade urbana, na infraestrutura resiliente ou na articulação com cadeias produtivas locais. Isso reforça a importância de alinhar planejamento, instrumentos financeiros e capacidades institucionais em diferentes níveis, garantindo que a estratégia nacional se traduza em ação efetiva nos territórios.

Os últimos anos deram ao Brasil uma centralidade inédita na geopolítica climática. A presidência do

G20, o protagonismo no BRICS+ e a realização da COP30 ampliaram o papel do país nos debates sobre financiamento, comércio, natureza, transição energética e cooperação Sul-Sul. Esse ciclo reforçou uma leitura central: o Brasil não deve ser visto apenas como receptor de financiamento climático, mas como provedor de soluções de relevância global, apoiado em ativos naturais, matriz energética limpa, capacidade produtiva e um ecossistema crescente de inovação e finanças climáticas.

Nesse cenário, o papel do iCS se consolida como o de um articulador "de dentro para fora e de fora para dentro": traduz agendas globais em prioridades operacionais para o país e projeta capacidades brasileiras para o debate internacional. Sua atuação se expressa no apoio à formulação e implementação de políticas, na estruturação de finanças climáticas e no fortalecimento de atores com capacidade real de execução, em temas como restauração, bioeconomia, mercados de carbono, adaptação e industrialização verde.

A nova Estratégia Programática 2026–2030 reflete esse momento. Mais do que ampliar temas, ela busca concentrar capacidades técnicas e financeiras em frentes prioritárias, com foco em resultados e flexibilidade para responder a mudanças de contexto. A adicionalidade do iCS está em tornar o campo climático mais articulado, inclusivo, preparado e capaz de gerar impacto em escala — especialmente em um contexto em que a continuidade da agenda depende de sua capacidade de atravessar ciclos políticos.

O desafio à frente é claro: transformar o *momentum* recente em implementação consistente. Isso implica fortalecer a conexão entre estratégia nacional e execução territorial, reduzir barreiras que impedem a chegada de investimentos na ponta e estruturar instrumentos e arranjos que conectem planejamento, financiamento e execução. Após dez anos ajudando a construir o campo climático brasileiro, o iCS entra em uma nova fase: a de uma plataforma estratégica dedicada a organizar prioridades, alinhar atores e viabilizar a entrega — contribuindo para que a agenda climática se consolide como vetor de desenvolvimento sustentável, dinamismo econômico e inclusão social no Brasil.



Base institucional **PARA IMPACTO**



As sementes são uma esperança: uma das fotos vencedoras do concurso de fotografias "Olhar pelo Clima", obra da exposição em Belém que marcou os 10 anos do Instituto, durante a COP30

Consolidando-se como uma verdadeira infraestrutura institucional para a ação climática em escala no país, o iCS tem avançado firmemente no fortalecimento de sua arquitetura de governança, de sistemas e de processos. Além de mobilizar e canalizar recursos estratégicos, o Instituto também opera como um orquestrador de campo e um gerador de conhecimento, potencializando impactos, articulando atores e contribuindo para a construção de soluções sistêmicas e duradouras. Com uma atuação cada vez mais orientada à implementação, torna-se indispensável uma base institucional robusta.

Nesse sentido, no campo da **governança**, o período foi marcado por um modelo mais estruturado, com múltiplas instâncias deliberativas e técnicas. O Conselho Deliberativo ampliou seu papel estratégico, apoiado por comitês especializados que qualificam a tomada de decisão e permitem maior foco em alocação de recursos, gestão de riscos e direcionamento estratégico. A incorporação crescente de especialistas externos, incluindo membros de *sounding boards*, fortalece a densidade técnica das decisões.

Paralelamente, o avanço em processos de ***grantmaking*** (conceder doações), com a introdução de editais públicos, representou uma mudança estrutural na forma de seleção, ampliando transparência, concorrência e diversidade do portfólio. A medida gerou a incorporação de novos donatários e maior capilaridade territorial. Além disso, um novo módulo implementado no sistema de gestão de doações fornece dados quantitativos atualizados a respeito das doações dadas.

No plano operacional, a modernização de sistemas de gestão fortaleceu o *compliance* (área dedicada e análise de riscos). O Instituto atualizou códigos e práticas de integridade (com treinamento sistemático de equipe e donatários); aprimorou sistemas de monitoramento, documentação e auditoria (com padronização de processos e exigências de rastreabilidade); e implementou novas ferramentas digitais (como *Salesforce*), integrando gestão programática, financeira e de doações. Uma maior formalização de manuais, fluxos e processos internos permitiram ao iCS lidar com um portfólio crescente — em volume, diversidade temática e complexidade — com maior consistência, previsibilidade e *accountability*.

Do ponto de vista estratégico, a revisão da Visão e Missão foi acompanhada por uma nova estratégia programática (2026–2030), que reposiciona o iCS em torno de uma lógica mais integrada e orientada a impacto sistêmico. Assim, é reforçada a atuação do Instituto como: articulador de ecossistemas complexos (múltiplos atores); indutor de padrões, transparência e integridade (incluindo taxonomias, certificações e marcos regulatórios); plataforma de mobilização e alinhamento de capital — público, privado e filantrópico; e catalisador de soluções escaláveis.

Por fim, a **transição na liderança do Conselho**, com a conclusão do mandato de Ana Yang — figura central na construção do iCS — e a entrada de Sérgio Suchodolski, prepara o Instituto para um novo ciclo, mais exigente em termos de escala, impacto e resiliência institucional — necessários para sustentar uma agenda climática que depende cada vez menos de compromissos e cada vez mais de entrega.

Conheça detalhes da nossa governança

Alinhamento estratégico & **INTEGRAÇÃO DA EQUIPE**

O iCS trabalha com a certeza de que não há transformação sistêmica sem pessoas engajadas, desenvolvidas e conectadas a um propósito comum. Para garantir o amadurecimento institucional do Instituto, foi consolidado um modelo de gestão de pessoas que conecta prioridades organizacionais a entregas individuais. Ele integra estratégia, desempenho e desenvolvimento contínuo, ao mesmo tempo em que amplia o olhar para o cuidado, a colaboração e a sustentabilidade das relações de trabalho.

No ano de 2025, esse modelo se traduziu em **74 mapas de trabalho estruturados** com alto nível de granularidade e direcionamento, e **83% de execução plena**. Os resultados evidenciam uma organização capaz de transformar estratégia em ação coordenada, com responsabilidade compartilhada e foco em impacto.

Outro avanço na gestão da equipe foi o lançamento do **Manual de Boas Práticas,** um guia orientador que traduz princípios fundamentais para o dia a dia, como qualidade nas entregas e nas relações. Ele é um dos resultados de um esforço crescente na consolidação de uma agenda focada em capacitação e no treinamento constante do time.

Como o ano foi marcado pela intensificação das agendas climáticas e pela preparação para a COP30, o contexto exigiu alta mobilização, articulação e capacidade de resposta, intensificando o foco na atualização da gestão de forma estratégica, com reforço a ações ao longo do ano que preparassem a equipe de forma a sustentarem as entregas, sem deixar de priorizar o equilíbrio entre performance e bem-estar.

É nesse encontro entre estratégia, desenvolvimento e cuidado que o Instituto segue ampliando sua capacidade de gerar impacto, trabalhando ainda na valorização da pluralidade e no compromisso com diversidade, inclusão e equidade (DI&E), condições estruturantes para a inovação e melhoria de qualidade das respostas institucionais.



NÚCLEO MARIELLE FRANCO (NMF)

O Núcleo é um ponto focal para promover ações de reflexão e conscientização racial, visando não só à cultura organizacional do iCS, mas também ao campo de instituições que orbitam o ecossistema do Instituto.

Conheça o NMF

Conheça nossa equipe

Expandindo o ecossistema climático **NO BRASIL**

O papel da filantropia climática é decisivo para qualificar organizações, fomentar a cooperação, ampliar recursos e garantir que a agenda do tema permaneça estruturante, ainda que cenários desafiadores se imponham. Como **única instituição filantrópica voltada exclusivamente para a questão do clima** em todo o território brasileiro, o iCS vem contribuindo para o fortalecimento da transição climática no Brasil desde a sua criação e já contabiliza cerca de 1.305 doações para 512 organizações apoiadas em todas as regiões do Brasil, em um montante que supera R$ 780 milhões.

O processo de **editais públicos** iniciado em 2025 apresentou ótimos resultados, gerando novos parceiros de norte a sul do país, trazendo ganhos de capilaridade de forma ordenada e transparente. Ao fortalecer um ecossistema diverso de instituições trabalhando no tema (por meio de apoio ao terceiro setor e a instituições acadêmicas e de pesquisa, e da promoção de articulação multissetorial, o Instituto contribui para que o Brasil converta seu potencial em liderança concreta na economia climática global.

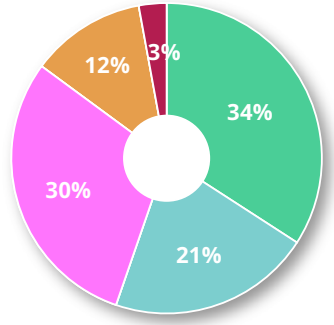
Números totais das doações em 2025

R$ 195 MILHÕES

208 Projetos contemplados

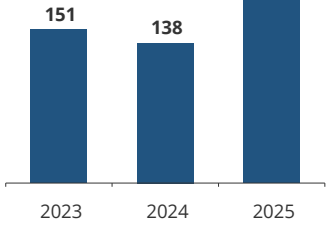
184 Instituições diferentes

Distribuição das doações pelos eixos estratégicos

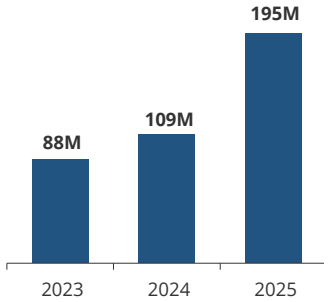


Uso da terra
Energia
Engajamento
Política climática
Oportunidades

Evolução das doações/ano



Total das doações/ano



(em R$ mihões)

COP30 EM BELÉM

Os financiadores do iCS demonstraram grande engajamento em apoiar iniciativas voltadas para a primeira COP em solo brasileiro — os projetos contaram com a participação de 32 financiadores, entre os 45 atuais. Essas ações abrangeram tanto entregas quanto resultados diretamente relacionados à Conferência. Do total de doações realizadas pelo iCS do ano, 67 (32,2%) tiveram relação com o evento em Belém. Ou seja, um em cada três projetos apoiados no ano estiveram voltados ou consideraram a COP30 em sua estratégia de intervenção.[1] A agenda COP30 mobilizou 36% das organizações do portfólio de parceiros do iCS (as doações envolveram 66 organizações diferentes). Dentre elas, 16 receberam seu benefício do iCS pela primeira vez no contexto da COP30, indicando que o evento também funcionou como um vetor de expansão da base de parceiros.

Para a COP, 19 donatários foram capacitados por meio de *media trainnings*. Já a iniciativa **Belém Desk** realizou encontros virtuais entre

[1] *Os dados referem-se a uma análise qualitativa das 208 doações realizadas em 2025, que identificou aquelas que apontavam a COP30 como objetivo ou pilar estratégico da intervenção proposta.*

jornalistas e especialistas sobre temáticas do evento, com 285 jornalistas de 60 países (57% internacionais, 23% indígenas e 19% brasileiros). Em setembro, uma *press trip* levou mais nove jornalistas para visitas em Belém, Altamira, Medicilândia e Marabá, onde foram apresentados projetos de bioeconomia, restauração produtiva, agricultura familiar e pecuária sustentável, alinhados à estratégia programática do iCS. Contribuindo para os objetivos reputacionais e de causa, esses eventos fortaleceram o iCS como referência, qualificaram porta-vozes e geraram repercussão significativa na imprensa.

A combinação entre alto número de projetos e ampla diversidade de organizações reflete uma estratégia orientada à ampliação do campo climático e o engajamento e ativação de múltiplos atores em torno da Conferência. Ao mesmo tempo, a participação relevante, porém não majoritária, de doações relacionadas a COP30 no portfólio do iCS, indica atenção estratégica à dimensão de legado do evento, com doações orientadas à construção de capacidades e articulações com efeitos que se estendem para além do ciclo mais imediato das negociações internacionais.

EDITAL	No. INSCRIÇÕES	PROCESSO DE AVALIAÇÃO	INVESTIMENTO
Apoio a estudos e iniciativas para a transição energética e industrial verde e justa	210 propostas válidas	30 aprovados na 1ª etapa, convidados a submeter proposta completa; 13 propostas selecionadas pela equipe programática	R$ 8.6 milhões
Desafio IA, Natureza & Clima	395 propostas inscritas e 389 validadas (24% de universidades e institutos federais)	20 projetos foram pré-selecionados e participaram de um programa intensivo de mentoria especializada, etapa que antecedeu a seleção final	R$ 18 milhões
Rede de Pesquisa para uma Economia Sustentável da Amazônia – RESA	221 propostas recebidas e avaliadas	6 projetos de instituições científicas de estados da Amazônia Legal selecionados, com temáticas de desenvolvimento rural sustentável; bioeconomia e desenvolvimento socioeconômico; e segurança pública	R$ 10 milhões

FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE INSTITUCIONAL

Independentemente da mobilização associada à COP30, o iCS também realizou um **esforço deliberado de qualificação do seu portfólio**, com maior ênfase em iniciativas orientadas à implementação: um reflexo da leitura estratégica de que a agenda climática hoje exige não apenas incidência e formulação, mas sobretudo capacidade de entrega, coordenação e sustentação de resultados no território. Nesse contexto, o Instituto buscou **ampliar o horizonte temporal de parte relevante de suas doações**, com vistas a assegurar maior previsibilidade, fortalecer a capacidade institucional dos donatários e aumentar a sustentabilidade e o impacto das iniciativas apoiadas. Cerca de 40% das doações de 2025 passaram a ter duração superior a 12 meses, em comparação a 30% no ano anterior, indicando uma mudança consistente na direção de apoios mais estruturantes e de longo prazo.

Paralelamente, o iCS estruturou seu **apoio institucional a organizações com menor capacidade instalada** por meio de um programa de Desenvolvimento Institucional (DI), contribuindo para o fortalecimento de um ecossistema mais diverso, resiliente e representativo. O esforço incluiu não apenas apoio financeiro, mas também iniciativas voltadas ao desenvolvimento organizacional, governança, capacidade de gestão e captação de recursos. Como parte desse processo de aprimoramento, foi conduzido um autodiagnóstico pelas próprias organizações participantes, cujos resultados permitiram identificar desafios prioritários e orientar a definição de planos de ação. O programa reforça o papel do Instituto não apenas como financiador, mas como parceiro estratégico na construção de capacidades duradouras para a implementação da agenda climática no Brasil.

Conheça nossa plataforma de doações

Metas objetivas, **RESULTADOS CONCRETOS**

A nova Estratégia Programática 2026-2030 identifica os últimos anos como uma janela geopolítica excepcional para o Brasil, em que o protagonismo internacional não apenas reposiciona o país externamente, mas também alavanca debates domésticos e amplia a pressão por coerência entre discurso, políticas públicas, instrumentos financeiros e implementação. Mais do que ampliar temas, ela busca concentrar capacidades técnicas e financeiras em frentes prioritárias, com marco lógico, resultados esperados e flexibilidade para responder a mudanças de contexto sem perder coerência institucional.

Reiterando nosso compromisso com um futuro mais justo e descarbonizado, atualizamos nossas Visão e Missão, reforçando o papel da agenda climática como vetor de desenvolvimento e como base para posicionar o Brasil como provedor de soluções globais. Além disso, nos estruturamos para orientar decisões com foco em resultados concretos, tangíveis e escaláveis, alinhando prioridades internas à evolução das agendas climáticas nacional e internacional. A partir de um processo estruturado de trabalho, foram definidos objetivos, linhas de ação e metas que refletem a transição da agenda climática de formulação para implementação.

A nova estratégia delimita com clareza as áreas prioritárias de atuação e como essas frentes contribuem para gerar impacto estrutural. Organizada em cinco eixos — Uso da Terra; Energia, Indústria e Transportes; Política Climática e Arcabouço Institucional; Engajamento, Agentes de Mudança e Governança Climática; e Oportunidades —, ela posiciona o iCS como um ator central na articulação entre políticas públicas, mobilização de capital e fortalecimento do ecossistema de organizações. Esses eixos combinam resultados diretos (*outputs*) com contribuições para mudanças sistêmicas (*outcomes*).

Os eixos de **Uso da Terra** e **Energia** refletem os principais vetores de emissões e, simultaneamente, grandes oportunidades de transformação estrutural no Brasil. No caso de Uso da Terra, o foco está em consolidar modelos que conciliem produção, conservação e geração de valor econômico. Já no eixo de Energia, o desafio central é ir além da matriz já majoritariamente limpa, avançando na descarbonização da indústria, na expansão da demanda por energia renovável e na promoção de novas agendas, como o *powershoring*, capazes de gerar competitividade, emprego e renda.

Os eixos de **Política Climática** e **Engajamento** operam transversalmente para viabilizar e sustentar os avanços nos eixos setoriais. O fortalecimento de marcos regulatórios, instrumentos econômicos e capacidades institucionais, aliado ao engajamento ativo da sociedade, é condição necessária para garantir a implementação e a durabilidade das transformações.

Por fim, o eixo **Oportunidades**, também de caráter transversal, confere flexibilidade estratégica à atuação do iCS, permitindo ao Instituto incorporar tendências e explorar novas frentes — como empregos verdes e oceanos —, em sintonia com a evolução da agenda internacional.





Avanços na **ATUAÇÃO ICS**

A atuação do iCS em 2025 foi orientada por três princípios: excelência técnica, por meio da mobilização de especialistas e instituições de referência; articulação multissetorial, conectando governo, sociedade civil e setor privado; e incidência estratégica, alinhada ao ciclo político de implementação das NDCs e à agenda climática global. Sua estratégia para a promoção do financiamento climático internacional combinou apoio à inovação financeira, mobilização de recursos e priorização de soluções baseadas na natureza, energia e descarbonização, finanças concessionais, seguros e plataformas de país, por meio de pesquisas, publicações, eventos, *convenings* estratégicos e parcerias.

Ações **TRANSVERSAIS**

COP30 NO BRASIL



O Brasil recebeu pela primeira vez uma Conferência sobre Mudança do Clima das Nações Unidas — a COP30. A realização da Conferência em Belém foi um marco após quase três anos de preparação do iCS e de sua rede de parceiros, no Brasil e no mundo. A atuação do Instituto em 2025 reforçou os espaços de trocas entre organizações donatárias, e entre organizações brasileiras e internacionais, para apoiar o alinhamento estratégico de prioridades.

Celebrando os dez anos do Acordo de Paris, a COP30 no Brasil se destacou pela **participação social fortalecida**, materializada na maior Marcha pelo Clima da história, com mais de 70 mil pessoas, e na presença recorde de cerca de 5 mil indígenas. Diferentes grupos ocupando lugares de fala e de decisão contribuíram para elevar a qualidade do debate e confirmar que a política climática só tem sentido quando dialoga com a vida cotidiana de quem mais sente seus impactos (ver resultados do eixo de Engajamento).

Para ampliar o debate sobre as negociações e sobre a agenda de ação da COP, o iCS apoiou espaços como os pavilhões das Regional Climate Foundations e Belém+10, nas áreas oficiais da COP, que juntos mobilizaram cerca de 3.400 participantes. Para além das áreas oficiais, o iCS também apoiou a realização de mais de 100 eventos promovidos por mais de 50 donatários em mais de 7 casas e espaços temáticos espalhados por Belém.

A COP30 também ficou marcada pela reafirmação de que é preciso manter o multilateralismo vivo, mas de forma que os espaços de negociação sejam mais orientados à ação, apoiando a implementação e a cooperação entre diferentes países e entre diferentes atores da sociedade. Alinhada a essa visão, a função do iCS na COP30 pode ser expressa tanto **no apoio a fóruns de alto nível quanto na construção de instrumentos**, consensos e arranjos concretos em temas como restauração, finanças climáticas, bioeconomia, mercados de carbono, adaptação, infraestrutura regulatória, industrialização verde, cooperação Sul-Sul e entre governos subnacionais.



Em relação a estes últimos, em especial governos de estados, o Instituto apoiou, ao longo do ano, diálogos de alto nível entre organizações que trabalham com







essas lideranças, com destaque para Centro Brasil no Clima e Plataforma CIPÓ, e seus pares de outros países, como a Under2 Coalition, para debater soluções replicáveis e desafios similares na implementação em nível local. Os diálogos contribuíram para a consolidação do lançamento do Banco de Soluções Climáticas Subnacionais, com boas práticas de governos brasileiros alinhadas aos eixos da Agenda de Ação da COP30.

Entre uma série de resultados, vale destacar ainda a **institucionalização da participação de comunidades tradicionais e juventudes amazônidas na agenda climática rumo à COP30**. Lideranças de organizações que atuam diretamente com Povos Indígenas, Quilombolas, Agricultores Familiares e Comunidades Tradicionais, assim como jovens do Pará e da Amazônia, passaram a ocupar espaços formais de governança, com capacidade de incidência nas agendas preparatórias da Conferência. Outro avanço foi a atuação articulada e qualificada da sociedade civil brasileira nas negociações e na preparação internacional para o evento, com ampliação de escala, coordenação e capacidade de incidência. A sociedade civil se articulou com agendas comuns, comunicação estratégica e presença qualificada nos espaços de negociação.

Em edições passadas, a prioridade do Instituto foi garantir presença e interação, mas na COP em Belém o iCS concentrou esforços na capacitação de múltiplos atores e na articulação prévia de agendas. Um planejamento estratégico bem definido foi orquestrado, com uma série de ações preparatórias para o **treinamento de competências voltadas à participação nos debates**. Entre 2024 e 2025, o programa de formação "Simulação de Negociações Internacionais sobre Mudanças Climáticas", realizado em parceria com o Centro de Estudos em Sustentabilidade (FGVCes), preparou lideranças para as negociações. Também desde 2024, o iCS vem facilitando e potencializando a articulação do "Grupo de Ação Climática", junto a organizações de Povos Indígenas, Quilombolas, Agricultores Familiares e Comunidades Tradicionais.

O resultado se traduziu na promoção de bem-sucedidos espaços de diálogos e na participação expressiva tanto de donatários em atividades de mobilização, quanto de governos subnacionais, para discutir oportunidades de cooperação. Na programação oficial, o iCS fortaleceu projetos em andamento com foco em financiamento climático e participou de inúmeros eventos setoriais paralelos, como o Nature Investment Day e a Casa do Seguro, iniciativa da Confederação Nacional de Seguros (CNseg) para debater o papel do mercado segurador na transição. O Instituto também apoiou diversas rodadas de debates sobre o **papel dos governos subnacionais** na ação climática internacional, promovendo encontros entre representantes de governos e seus pares em outros países em eventos internacionais como a London Climate Week, NY Climate Week e o Local Leaders Forum, realizado no Rio de Janeiro na semana anterior à COP.

Além de um marco de visibilidade nacional e internacional para **pautas estratégicas** para o iCS, como as agendas de bioeconomia, agricultura regenerativa e o reconhecimento do papel fundamental do comércio para a agenda de clima, a Conferência somou avanços relevantes nas pautas de proteção da natureza e de segurança alimentar, respaldadas

por iniciativas como TFFF (Fundo Florestas Tropicais para Sempre) e RAIZ (Plano de Investimentos em Agricultura Resiliente para Degradação Zero de Terras).

Vale destacar ainda o lançamento da **"Declaração de Belém",** compromisso internacional focado em unir a ação climática à erradicação da fome, pobreza e promoção da transição justa. Assinada por diversos países e organizações, a declaração coloca a justiça social e a proteção de populações vulneráveis no centro das soluções climáticas e do financiamento sustentável.

AGENDA CLIMÁTICA GLOBAL

O iCS e seus donatários participaram ativamente de eventos preparatórios para a COP ao longo de 2025. Entre 16 e 26 de junho, estiveram em Bonn, na Alemanha, para a 62ª Sessão dos Órgãos Subsidiários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), encontro que objetivou avançar tecnicamente em temas centrais das negociações como transição justa e a implementação do Balanço Global. A participação do Instituto e de mais de 20 parceiros fortaleceu o diálogo com negociadores brasileiros e com a presidência da COP30, bem como com negociadores e organizações de outros países.

Ainda em Bonn, a atuação coordenada da delegação indígena, quilombola e de comunidades tradicionais brasileiras representou um marco histórico. Povos da Amazônia brasileira apresentaram oficialmente sua proposta de Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) dos Povos Indígenas, destacando o reconhecimento e proteção de terras indígenas como política e ação climática.

Na sequência, o Instituto participou na organização de painéis e na articulação entre diferentes atores na London Climate Action Week, também em junho, com foco na liderança do Brasil junto à ação climática. A reboque do evento, iCS e o Instituto E+ promoveram na capital inglesa um *workshop* sobre estratégias colaborativas para a justiça comercial nas cadeias de abastecimento de minerais de transição energética. iCS e International Institute for Environment and Development (IIED) ainda organizaram um painel no London Climate Resilient Finance Summit 2025, encontro que reuniu contribuições de líderes do setor financeiro, seguradoras e do setor privado para fornecer sugestões ao relatório do "Círculo de Ministros das Finanças" e ao "Roteiro de Baku a Belém" (visando o alcance da meta de US$ 1,3 trilhão em financiamento climático).

Em setembro, a participação do iCS e parceiros na Africa Climate Week, em Addis Abeba, e na Semana do Clima de Nova York, completaram a jornada rumo a Belém. Na capital da Etiópia, o encontro inédito aproximou comunidades locais da América Latina, do Caribe e da África para articular um movimento que destaca os direitos territoriais e a centralidade dessas populações no debate climático global. E em Nova York, o iCS marcou presença debatendo temas como inovação em financiamento agrícola, economias florestais sustentáveis e soluções de







carbono perene. O Instituto integrou ainda os debates do Brazil Climate Summit NY, fórum que conecta soluções climáticas do Brasil ao capital global, destacando os avanços das finanças verdes no país.

FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

Desde 2024, ano em que o Brasil exerceu a presidência brasileira do G20, o iCS vem direcionando sua atuação de forma a contribuir tecnicamente para iniciativas voltadas ao financiamento climático com alto potencial de implementação. Esse reposicionamento também buscou fortalecer a interlocução com governos, instituições financeiras e parceiros estratégicos, ampliando a capacidade de articulação em torno de agendas prioritárias para o país.

Durante a COP30, esse direcionamento se traduziu em resultados concretos: iniciativas apoiadas pelo iCS avançaram em seu grau de maturidade, atraíram novos parceiros e garantiram aportes relevantes de recursos. Além disso, o tema do financiamento climático ganhou ainda mais visibilidade e centralidade no debate público e nas agendas institucionais, reforçando o papel do Brasil como protagonista na construção de soluções alinhadas à transição para uma economia mais sustentável.

Em abril de 2025, a Presidência da COP30 lançou quatro Círculos de Liderança para apoiar a construção do Roteiro Baku-Belém a US$ 1,3 trilhão. O **Círculo dos Ministros de Finanças** produziu um robusto estudo técnico sobre fontes, instrumentos e mecanismos de alavancagem do financiamento climático internacional, recebendo contribuições do iCS para o desenho técnico das recomendações e para o engajamento qualificado de *stakeholders*. O relatório final, endossado por 33 países, reuniu recomendações para a reforma e ampliação da capacidade de financiamento dos bancos multilaterais de desenvolvimento, alinhadas a estudos apoiados pelo Instituto no âmbito do G20 em 2024. O documento também promoveu instrumentos inovadores para financiar projetos de alto impacto climático, ambiental e social, com ênfase em soluções baseadas na natureza e na bioeconomia, usando estudos de caso e referências a trabalhos apoiados pelo Instituto (incluindo relatórios da CPI e da Nature Finance). A publicação ajudou a consolidar a bioeconomia como pilar estratégico para o crescimento sustentável e para o posicionamento do Brasil às vésperas da COP30.

Durante o pré-COP, em São Paulo, o iCS organizou o **Climate Implementation Summit (CIS)**, conferência internacional focada em anúncios de investimentos e soluções, para estimular a promoção de iniciativas do setor privado. Realizado em novembro, em parceria com a Climate Action e a Converge Capital, o CIS apresentou anúncios do setor financeiro e corporativo vinculados à agenda climática. Mais de 1.200 pessoas de 52 países compareceram ao evento, onde dezenas de soluções climáticas e financeiras foram apresentadas em plenária e conversas paralelas entre apresentadores e interessados foram promovidas. Ao final, grandes anúncios de investimentos climáticos foram divulgados, como os US$ 5,37 bilhões já mobilizados para florestas brasileiras por meio da Coalizão Brasileira de Financiamento à Restauração e Bioeconomia (BRBFC ou "Coalizão"), criada com o apoio do iCS no início de 2025, e











o lançamento de um fundo de US$ 200 milhões, o Catalytic Capital for the Agricultural Transition (CCAT).

Ainda no campo do financiamento climático, iniciativas conduzidas pelo iCS — envolvendo biocombustíveis, atração industrial pela energia renovável, cooperação no Nordeste, desenvolvimento de taxonomias financeiras, além da produção de análises setoriais e construção de coalizões internacionais — integraram um esforço articulado para **posicionar o Brasil na COP30 como agente estruturante da transição energética** global, gerando como principais resultados:

- a consolidação de uma agenda unificada de biocombustíveis;
- a criação de um marco financeiro inovador para industrialização verde com a articulação de acordo (MoU) entre iCS + Banco do Brasil + Consórcio Nordeste para o desenvolvimento da primeira taxonomia de financiamento de *powershoring*;
- a estruturação institucional da agenda de powershoring no Nordeste, com a criação do Fórum Interinstitucional de *Powershoring* e o fortalecimento da cooperação entre iCS e o Consórcio de Governadores do Nordeste;
- e o fortalecimento internacional do papel dos bancos públicos de desenvolvimento, por meio principalmente da implantação da FiCS Thematic Coalition on Supporting the Energy Transition. Lançado na COP30 em parceria com a CAF e o BNDES, e com o iCS como Secretariado permanente. Trata-se de uma coligação que visa harmonizar a ação desses bancos à transição energética.

Um dos principais resultados da COP30, porém, foi o anúncio do **TFFF (Fundo Florestas Tropicais para Sempre)**, mecanismo financeiro inovador proposto para remunerar países que mantêm suas florestas tropicais em pé. Diferentemente de doações, funciona como um investimento de renda fixa de longo prazo que gera retorno para os investidores e países que conservarem florestas tropicais. Oficializado em Belém, com articulação iniciada na COP28 pelo governo brasileiro, o fundo busca atrair US$ 125 bilhões para preservar florestas e comunidades locais de até 70 países tropicais. Lançado em novembro, durante a Cúpula dos Líderes, já vinha sendo desenhado e negociado desde 2023.

O apoio do iCS ao TFFF se iniciou em 2024 via articulação em prol da iniciativa e da realização de debates sobre sua estruturação, e, ao longo de 2025, o Instituto facilitou capacitações e diálogos com a sociedade civil sobre o mecanismo e aportou recursos técnicos para o seu desenho final. Como resultado, além de garantir recursos soberanos para o mecanismo, uma das maiores conquistas foi a obrigatoriedade de aplicar, pelo menos, 20% dos rendimentos de cada país em programas de acesso direto por povos indígenas e comunidades locais.

Por fim, vale registrar ainda o lançamento do **Fundo de Descarbonização do Estado do Espírito Santo**, iniciativa inédita apoiada pelo iCS que conta com cerca de R$ 1 bilhão financiado com recursos provenientes da exploração de petróleo e gás e do setor privado para repasse a projetos e empresas focados na descarbonização da economia capixaba.

Uso da **TERRA**



Frentes de atuação

- Bioeconomia e restauração florestal
- Agro e sistemas alimentares
- Emissões do uso da terra

O iCS apoia a transição do setor de uso da terra rumo a modelos produtivos de baixo carbono. Além da restauração de áreas degradadas e da agricultura sustentável, foca na construção de sistemas alimentares mais resilientes, na rastreabilidade — fundamental à transparência nas cadeias produtivas — e no ganho em escalada restauração florestal e da bioeconomia. Os princípios de alto nível em bioeconomia, adotados durante a presidência brasileira do G20, com apoio do iCS e parceiros, posicionaram o setor como fundamental para uma economia mais inclusiva e de baixo carbono.

O edital publicado em março pelo eixo, Desafio IA Natureza & Clima, recebeu número recorde de inscrições: 389 propostas de todas as regiões do país, voltadas às soluções baseadas na natureza com uso de tecnologia e inteligência artificial. Destas, 20 foram selecionadas para participar de um programa de mentoria. Nove projetos foram aprovados para receber apoio financeiro de no mínimo R$ 1,8 milhão cada, totalizando R$ 18 milhões. Entre eles, o da Associação Kanindé, "IA para Monitoramento da Biodiversidade: Detecção de Impactos em Florestas na Amazônia", para o desenvolvimento de um um indicador multissensor que proporcionará capacidades inéditas de detecção precoce de degradação florestal.

Entre as entregas de donatários do iCS, destaca-se o conjunto de dez medidas concretas para a transição climática global no setor de uso da terra, apresentado pela Coalizão Brasil Clima Floresta e Agricultura, durante a New York Climate Week. A iniciativa abrange três eixos estratégicos: gestão sustentável de florestas, oceanos e biodiversidade, com foco na fiscalização e na conservação da diversidade biológica; a transformação da agricultura e dos sistemas alimentares, com práticas agrícolas mais sustentáveis e resilientes; e catalisadores e aceleradores para financiamento climático internacional e fortalecimento da bioeconomia.

O eixo celebrou avanços importantes na COP de Belém, com destaque a temas pouco tratados antes nas negociações internacionais, como bioeconomia, restauração florestal e agricultura regenerativa. Uma das frentes de maior repercussão, o TFFF (Fundo



Florestas Tropicais para Sempre), proposta desenvolvida pelo governo brasileiro, ganhou anúncios de novos aportes importantes para sua estruturação durante o evento. O iCS apoiou o desenho do fundo, com insumos técnicos ao desenvolvimento da governança da iniciativa, assegurando a participação de diversos atores no processo de escuta.

Outro anúncio relevante foi a Agenda de Ação RAIZ (Plano de Investimentos em Agricultura Resiliente para Degradação Zero de Terras), iniciativa liderada pela Presidência da COP30 e pelo Ministério da Agricultura (MAPA), com suporte técnico do iCS e do donatário Agroícone, FAO, FOLU e CGIAR, que já conta com a adesão de dez países, como Austrália, Canadá, Alemanha e Japão. No Brasil, há perspectivas, por meio do RAIZ, de recuperação de áreas produtivas agrícolas na ordem de 40 milhões de hectares, através do programa Caminho Verde. Há possibilidades de investimentos também no Programa Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (PLANAVEG/MMA) e no Programa Florestas Produtivas (MDA).

O iCS e seus donatários Imaflora e Agroícone também atuaram na estruturação do Profloresta+, liderado pelo BNDES e Petrobras — com o apoio técnico do Nature Investment Lab (NIL), co-fundado pelo Instituto. O programa prevê restaurar cerca de 50 mil hectares de florestas na Amazônia, e possibilitará ao país atender a seus compromissos climáticos com créditos de carbono de alta qualidade e integridade.

Outros avanços foram consolidados, como a Coalizão Brasileira de Financiamento à Restauração e Bioeconomia (BRB FC), liderada pelo grupo iCS, TNC, CI, BTG e Fórum Econômico Mundial, que, durante a COP30, anunciou US$ 5,37 bilhões em compromissos para restauração e bioeconomia, com meta de mobilizar US$ 10 bilhões até 2030. E com o apoio do iCS, foi lançado o EcoInvest, mecanismo inovador de *blended finance* que já mobilizou R$ 30 bilhões para restaurar áreas degradadas.

A COP30 registrou importantes conquistas na promoção da produção agroecológica local, como a coalizão Na Mesa da COP30, formada por mais de 40 organizações focadas em sistemas alimentares e clima. O Instituto Regenera e o Comida do Amanhã, parceiros do iCS, lideraram o trabalho de mapeamento de produtores que ajudou a garantir a meta de 30% da alimentação do evento de origem agroecológica. Além disso, o restaurante da Sociobio, na Zona Azul, ofereceu pratos de 80% a 100% agroecológicos, servindo mais de quatro mil refeições por dia (com preços inferiores à média do local), envolvendo cerca de 100 trabalhadores, compras em mais de 40 empreendimentos comunitários e gerando mais de um milhão de reais para a agricultura familiar.





TRANSIÇÃO ENERGÉTICA, industrial e de transportes



Frentes de atuação

- Renováveis
- Combustíveis fósseis
- Transição industrial justa
- Nordeste

O iCS considera a transição energética uma agenda central para o desenvolvimento sustentável. O eixo atua no enfrentamento de desafios de infraestrutura, regulação e demanda industrial para transformar e expandir a energia limpa no país, explorando modelos de descarbonização, com foco na promoção de biocombustíveis para o setor de transportes, em cadeias de valor locais e na agenda de *powershoring* do Nordeste.

Em 2025, o primeiro edital público do Instituto, "Apoio a estudos e iniciativas para a transição energética e industrial verde e justa", selecionou soluções efetivas para a transição energética como vetor de desenvolvimento local, contemplando cadeias de valor industriais verdes, justas e sustentáveis, arcabouço regulatório e melhorias na política energética do país. Lançado em janeiro, recebeu 210 propostas cadastradas de todas as cinco regiões do Brasil, a maioria delas voltadas à indústria de baixo carbono.





O edital permitiu atingir organizações novas, que não faziam parte do ecossistema do iCS, correspondentes a 93% dos inscritos: 13 foram selecionadas e aprovadas, com apoios iniciados no segundo semestre, somando um valor total de R$ 8,6 milhões — 12 das quais







são novas na rede de donatários e cinco localizadas no Nordeste. Entre os novos parceiros, destaca-se a TEIU Energy, organização 100% nacional dedicada à pesquisa e desenvolvimento de soluções tecnológicas para transformar o setor energético, com seu projeto sobre a verticalização da cadeia de minerais estratégicos no Nordeste brasileiro, cobrindo o refino de minerais críticos e a geração de empregos verdes.

O avanço na agenda de *powershoring* focou no engajamento de lideranças subnacionais do Nordeste. Um acordo de cooperação técnica foi firmado com o Consórcio Nordeste, que reúne nove estados da região, e foi criado o Fórum Interinstitucional de Powershoring, uma parceria do iCS com o Consórcio Nordeste e o Banco do Nordeste do Brasil, lançado em outubro, em Fortaleza. O Fórum funciona como um espaço permanente de cooperação entre governos, setor privado, financiadores, organismos multilaterais, academia e sociedade civil, com o objetivo de coordenar esforços para atrair, viabilizar e acelerar cadeias produtivas verdes baseadas no potencial energético da região Nordeste. No mesmo evento, o Instituto assinou um acordo de cooperação com o governo de Sergipe para apoiar o desenvolvimento industrial verde no estado.

Na COP30, o iCS atuou em diversas frentes para impulsionar a agenda de descarbonização da indústria e transporte, que vão desde a articulação técnica e mobilização institucional em prol dos biocombustíveis até o fortalecimento de capacidades institucionais e articulação de parcerias governamentais para a construção de instrumentos orientadores de políticas públicas que promovam o *powershoring*. Nessa direção, iCS e o Banco do Brasil assinaram um Memorando de Entendimentos (MoU) com o Consórcio Nordeste, estabelecendo cooperação institucional com vistas à promoção do desenvolvimento de caminhos financeiros, taxonomias sustentáveis e estruturas de governança para a industrialização verde e *powershoring*. Na ocasião, um termo de cooperação técnica com o governo de Pernambuco também foi assinado, promovendo o avanço dessa agenda.

Ainda durante a COP30, através do Instituto E+, o iCS apoiou o lançamento do Plano Nacional de Transição Energética (Plante), plano de ações de longo prazo elaborado para concretizar os objetivos da Política Nacional de Transição Energética (PNTE) do país, organizado pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

O Fundo de Descarbonização do Estado do Espírito Santo, iniciativa pioneira no Brasil que transforma *royalties* de petróleo e mineração em investimentos de longo prazo para a transição climática, foi concluído em dezembro. O iCS estabeleceu uma cooperação técnica com o Bandes (Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo) para auxílio no levantamento de oportunidades e demanda por projetos de descarbonização da indústria e para a construção de um *pipeline* de projetos alinhados com as estratégias do Plano. Além do mapeamento de demanda, o Instituto colaborou na avaliação de instrumentos financeiros e indicadores de seleção para a gestora do fundo, como uma forma de assegurar mais inovação, adicionalidade e impacto aos projetos apoiados.

POLÍTICA CLIMÁTICA e arcabouço institucional

Frentes de atuação

- Política nacional
- Política subnacional
- Direito e regulação
- Política internacional
- Economia e Clima



O eixo estratégico foca na construção de um ambiente institucional robusto, com qualificação técnica e engajamento de atores nacionais, subnacionais e internacionais. O ano de 2025 foi marcado por avanços decisivos na política nacional e subnacional, alinhados à agenda da COP30. No nível federal, os debates ficaram concentrados em torno do Plano Clima e da taxonomia sustentável. Todos os 16 Planos Setoriais de Adaptação foram aprovados pelo Subcomitê Executivo do Comitê Interministerial de Mudanças Climáticas (CIM), assim como os oito Planos de Mitigação. O iCS apoiou ativamente a elaboração do Plano Clima com insumos técnicos, e fomentou a ampliação da participação social por meio de oficinas nacionais e diálogos técnicos.

Em paralelo, o Instituto foca no desdobramento da NDC e do Plano Clima para estados e municípios, integrando questões climáticas à pauta econômica, com ênfase em metas de mitigação e resiliência para contratos de financiamento, concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs), objetivando uma meta ambiciona: a implementação de 260 planos locais/regionais até 2027 e o pacto federativo climático até 2030.

PLANO CLIMA 2024 –2035

Estratégia Nacional de Mitigação

16 Planos Setoriais de Mitigação

Estratégia Nacional de Adaptação

8 Planos Setoriais de Adaptação

Estratégias Transversais para a Ação Climática

- Transição Justa e Impactos/ Mulheres e Clima
- Meios de implementação (financiamento, novas regulações etc.)
- Educação, capacitação, pesquisa, desenvolvimento e inovação
- Monitoramento, gestão, avaliação e transparência

Nessa direção, uma ferramenta inédita, lançada em janeiro de 2025, tem sido fundamental, sobretudo quando considerada a agenda de implementação proposta pela presidência brasileira da COP30: o Anuário Estadual de Mudanças Climáticas, coletânea de dados climáticos subnacionais, com informações setoriais que ajudam a mitigar os impactos socioeconômicos e ambientais das mudanças do clima. Ele auxilia governos a compreender suas trajetórias de descarbonização, identificar gargalos e detectar oportunidades que emergem a partir da análise técnica de seus territórios, de forma a fortalecer a atuação dos estados no enfrentamento da crise climática, por meio de investimentos em medidas de prevenção e adaptação locais. O Anuário foi aprimorado ao longo do ano e já ganhou uma segunda edição, que amplia a análise dos setores.

Outra ferramenta de apoio ao planejamento, monitoramento e tomada de decisão nos municípios realizado ao longo de 2025 é o dashboard de estratégias subnacionais. Criado em parceria com o Instituto Zero Cem, ele organiza conteúdos técnicos, evidências científicas e referências aplicadas à formulação de políticas públicas urbanas, com filtros temáticos por fenômenos climáticos, grupos-alvo e setores estratégicos.

Na semana anterior a COP30, como parte de sua programação oficial, o Rio abrigou o Local Leaders Forum, organizado pela Bloomberg Philantropies e pelo C40 Cities Climate Leadership Group, em parceria com as redes internacionais de governos subnacionais. Na ocasião, também o iCS lançou mais um instrumento de pesquisa, o Banco de Soluções





Climáticas Subnacionais — em parceria com a Plataforma Cipó e o Centro Brasil no Clima (CBC) —, um repositório de boas práticas de políticas públicas relacionadas ao tema da mudança do clima dos 26 governos estaduais e do Distrito Federal. Ele apresenta 55 soluções, a partir de uma pesquisa inicial de mais de 140 iniciativas, políticas, programas e projetos, classificados conforme os eixos da Agenda de Ação.

Como estratégia de fomento à pesquisa voltada à busca de soluções na transição climática, por meio da produção e disseminação de conhecimento e articulação estratégica – entre academia, setores público e privado e sociedade –, o iCS lançou em julho o Hub de Economia & Clima. Em seu ato inaugural, o Hub promoveu o Prêmio iCS de Economia & Clima, para reconhecer e impulsionar trabalhos de pesquisadores brasileiros (economistas de universidades federais do Ceará, Minas Gerais e Rio de Janeiro venceram esta primeira edição). A proposta do Instituto é que o Hub atue como um catalisador de inovação e soluções de impacto, fomentando o desenvolvimento de modelos e formas de repensar a economia, e favorecendo a conexão entre atores domésticos e outros hubs e fóruns internacionais.

A COP30, batizada pela presidência como a "COP da Implementação", para além dos avanços nas políticas nacional e subnacionais, foi terreno fértil também para o campo do Direito. O Ministério Público teve um pavilhão exclusivo na Zona Verde, onde o iCS e seus parceiros participaram de diversas mesas, e ficou clara a relevância do papel dos membros do sistema de justiça e de órgãos de controle para garantir que compromissos e políticas climáticas se materializem. Também foram várias as ações de parceiros do Instituto reforçando o papel do campo jurídico. A Laclima, por exemplo, lançou a campanha "#lawatCOP" nas redes e organizou o "Climate Justice Day", um dia inteiro dedicado ao papel do Direito no combate às mudanças climáticas.

ENGAJAMENTO, AGENTES DE MUDANÇA e governança climática

Frentes de atuação
- Fortalecimento de agentes de mudança
- Governança climática
- Comunicação e Mobilização

O iCS trabalha para ampliar a presença e a influência de atores estratégicos nos espaços de governança, de forma a consolidar um ecossistema diverso e articulado. Ao longo do ano, o eixo intensificou seu trabalho de preparação de atores para a COP30 e, durante a Conferência, obteve resultados significativos em todas as suas frentes de atuação, colaborando para a ampla participação e engajamento da sociedade civil e para a representatividade e mobilização de Povos Indígenas e Comunidades Locais (PICLs).

Na **maior participação de povos indígenas na história das COPs,** mais de 900 indígenas foram credenciados para a Zona Azul, sendo quase a metade, cerca de 400, formada por brasileiros. No total, mais de **5 mil indígenas estiveram em Belém**. O iCS, além de qualificar a participação desses grupos, também garantiu espaços de mobilização como a Aldeia COP e o Pavilhão Indígena, na Zona Azul. Ainda no âmbito dos PICLs, o capítulo de Povos Indígenas do Plano Clima e o Plano Nacional Indígena de Adaptação, aprovados em dezembro, são resultados diretos desses esforços.

O eixo articulou um conjunto de organizações, lideranças e coletivos por meio do Ecossistema Vozes, uma rede formada por 40 donatários. Através do projeto especial Missão COP30, o iCS estruturou recursos e garantiu resposta a demandas estruturais do Vozes, que se consolidou com um hub de inteligência para engajamento e *advocacy* durante a Conferência.

Outras iniciativas marcaram a atuação do eixo: o projeto Generation Earthshot, iniciativa do Príncipe William que reúne jovens líderes climáticos e cujos 50 brasileiros participantes foram selecionados pelo iCS; o Spring Iyaleta 2025, voltado ao fomento de pesquisa que, em seu terceiro ciclo, concedeu mil vagas para cursos e conferências; o segundo ciclo do Programa Samaúma, em parceria com a Pour Le Brésil, que preparou lideranças femininas com cursos de inglês e de formação; o Rede Aberta Belém, formada por mais de 50 participantes locais, de jornalistas a educadores, para pautar



clima e alimentação durante a preparação para a COP; o EngajaNave, do Epicentro Jornalismo, iniciativa que capacitou 30 comunicadores e ativistas do Nordeste; e a apresentação da experiência da Defesa Climática Popular (DCP), estratégia de adaptação financiada pelo iCS e organizada pelo parceiro NOSSAS, focada na formação de agentes comunitários para resposta a emergências climáticas.

O principal resultado da frente voltada à governança climática foi o lançamento do Fórum Global de Comunidades Locais sobre Mudanças Climáticas (GFLCCC). Fruto do trabalho do iCS e de donatários desde 2024, trata-se de um marco construído coletivamente por organizações e lideranças de comunidades locais da África, Ásia, América Latina e Caribe. Com objetivo de criar uma *constituency* oficial na UNFCCC, ele garante acesso direto a financiamento climático, preservando a autonomia das comunidades.

Além do lançamento do TFFF (Fundo Florestas Tropicais Para Sempre), que assegura 20% de seus recursos para PICLs, e do reconhecimento em textos oficiais dos territórios e de conhecimento tradicional como uma política de mitigação climática, houve o anúncio do Programa de Proteção de Terras Indígenas (PPTI) e avanços de iniciativas intergovernamentais no âmbito dos Líderes Florestais Climáticos (FCLP), que garante 160 milhões de hectares de territórios indígenas e comunidades locais até 2030. Ainda relacionado a progressos na governança global do clima, pela primeira vez na história da UNFCCC, os documentos oficiais aprovados apresentaram menções explícitas a afrodescendentes.

Com ações de *advocacy* internacional, parceiros estratégicos do iCS, como a Iyaleta e a coalizão Comitê COP30, foram apoiados em suas estratégias para o acompanhamento dos eventos pré-COP fora do país, garantindo sua incidência nas negociações. O Comitê COP30, por exemplo, levou a campanha "Nossa Chance para Adiar o Fim do Mundo" para o evento preparatório em Bonn.

A frente voltada à Comunicação e Mobilização atuou em várias iniciativas: além da formação e do suporte ao Comitê COP30, mobilizando mais de 100 organizações, e do apoio a campanhas como "A resposta somos nós", criada pela parceira COIAB em 2024, e "A gente cobra", assinada pela Aliança dos Povos pelo Clima, a frente apoiou a realização da Cúpula dos Povos, que reuniu mais de 25 mil pessoas e mais de mil organizações do mundo todo em cinco dias de debates. Iniciada com uma barqueata que simbolizou a centralidade dos rios na cultura amazônica, a Cúpula produziu uma carta, entregue ao presidente da COP, em que enumera propostas práticas para o enfrentamento das mudanças climáticas.

O iCS foi corresponsável por três pavilhões na área oficial da COP. Na Zona Verde, o Belém +10, em parceria com The Nature Conservancy e Conservação Internacional, realizou cerca de 70 eventos. Na Zona Azul, o Instituto coorganizou dois pavilhões: o World Climate Impact HUB e o Regional Climate Foundation (RCF). Fora das zonas oficiais, o Instituto apoiou a criação de outros locais, como as Yellow Zones (sete espaços da COP das Baixadas envolvendo comunidades locais), o Mutirão da Juventude (que conectou jovens à Agenda de Ação) e a Casa da Cidade (em parceria com o Lab da Cidade e o Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas).



+70 MIL participantes na maior Marcha pelo Clima da história

+30 donatários do eixo credenciados na Zona Azul

+100 eventos promovidos por cerca de 50 donatários em Belém durante a COP30

OPORTUNIDADES

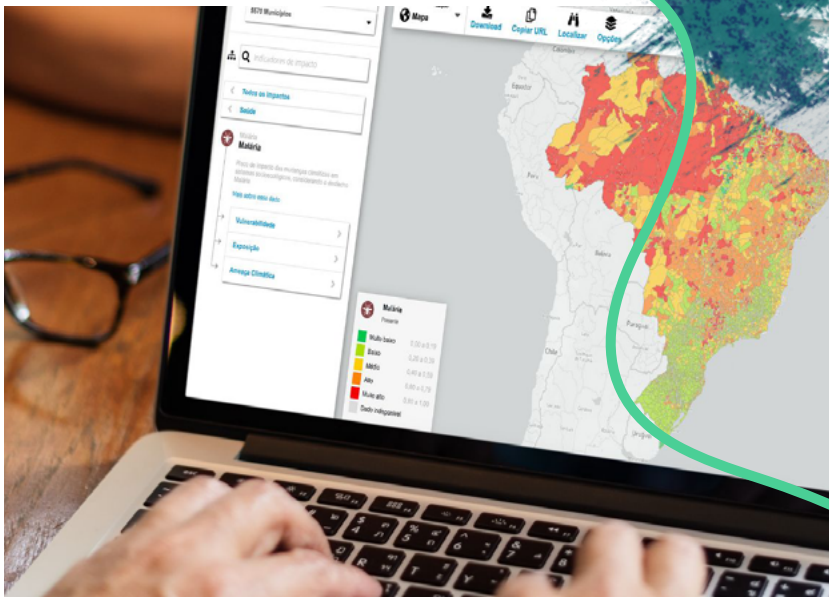
ADAPTAÇÃO

O Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (NAP), iniciado em 2023, foi concluído pelo governo brasileiro durante a COP30 e submetido à UNFCCC em fevereiro de 2026, após sua aprovação via legislação e pelo Comitê Interministerial de Mudança do Clima. O documento, conhecido como Plano Clima Adaptação, incluiu a contribuição de diversas instituições apoiadas pelo iCS. Trata-se de um instrumento estratégico para apoiar gestores públicos nas tomadas de decisões, no monitoramento contínuo do risco climático e na construção de soluções que fortaleçam a resiliência do território brasileiro.



O ano também foi de preparação e aperfeiçoamento de ferramentas que garantam a implementação do NAP, sendo a plataforma de riscos climáticos AdaptaBrasil a mais essencial delas, para auxílio no planejamento de cidades e setores. AdaptaBrasil é um Sistema de Informações e Análises sobre Impactos das Mudanças Climáticas instituído pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) em 2020, que dá subsídios às autoridades competentes para ações de adaptação.

Nessa direção, o iCS facilitou diálogos para apresentar a plataforma a diferentes atores, incluindo formuladores de políticas públicas, agentes financeiros e empresas, a fim de expandir o conhecimento sobre identificação e gestão de riscos climáticos. Adicionalmente, o Instituto apoiou o aprimoramento da ferramenta, com contribuições à equipe técnica do AdaptaBrasil em testes e na consolidação da metodologia de identificação dos riscos climáticos. O objetivo do apoio é aumentar a granularidade da plataforma através da ampliação de sua base de dados, promover melhorias em sua infraestrutura tecnológica e integrar novas fontes adicionais de informações climáticas e socioeconômicas, numa leitura a partir dos municípios, que são apresentados através dos seus riscos em Setores Estratégicos e Prioritários (SEPs). Com isso, é possível expandir capacidade analítica da plataforma, com geração de indicadores mais detalhados.







Outra frente de atuação que tem o empenho de esforços do Instituto visa dar tratamento climático a investimentos públicos, reforçando a importância de traduzir explicitamente metas climáticas de mitigação e resiliência para contratos de financiamento, concessão e PPPs (Parcerias Público-Privadas) em infraestrutura, que hoje em sua maioria, não são submetidos à uma avaliação climática prévia.

CONHECIMENTO

Ao longo de 2025, o Instituto promoveu a criação de uma equipe robusta em torno do projeto especial "Esse tal do Efeito Estufa", que reúne os principais cientistas e especialistas brasileiros em clima, com projeção internacional, para o estudo e divulgação de estudos científicos.

Entre os oito notáveis estão Thelma Krug (INPE/IPCC), Paulo Artaxo (USP) e Jean Ometto (INPE/IPCC). Parte do time de especialistas participou ativamente no aconselhamento a tomadores de decisão da presidência da COP30, assegurando que as 30 linhas da Agenda de Ação estivessem alinhadas a dados científicos, e auxiliando inclusive na identificação de ações de atores que não dependem necessariamente da negociação de um consenso entre os governos para seguirem, como o setor privado e a sociedade civil, um dos principais resultados assertivos da COP de Belém.

Como forma de disseminar o conhecimento sobre as mudanças climáticas, os especialistas assinaram diversos artigos publicados em veículos da grande mídia e no *site* do iCS, onde apresentam soluções possíveis para implementação e oportunidades concretas para tentativas de redução do aquecimento global em linguagem acessível. Adicionalmente, como parte da estratégia de divulgação do conhecimento, o iCS promoveu o evento "Esse tal de Efeito Estufa", na Casa Brasil, no Rio de Janeiro, um debate entre Paulo Saldiva (USP), Eduardo Assad (FGV), Thelma Krug e o cantor e compositor Criolo, mediado por Marcele Oliveira, Campeã da Juventude COP30.

Visão geral dos **NÚMEROS DE 2025**

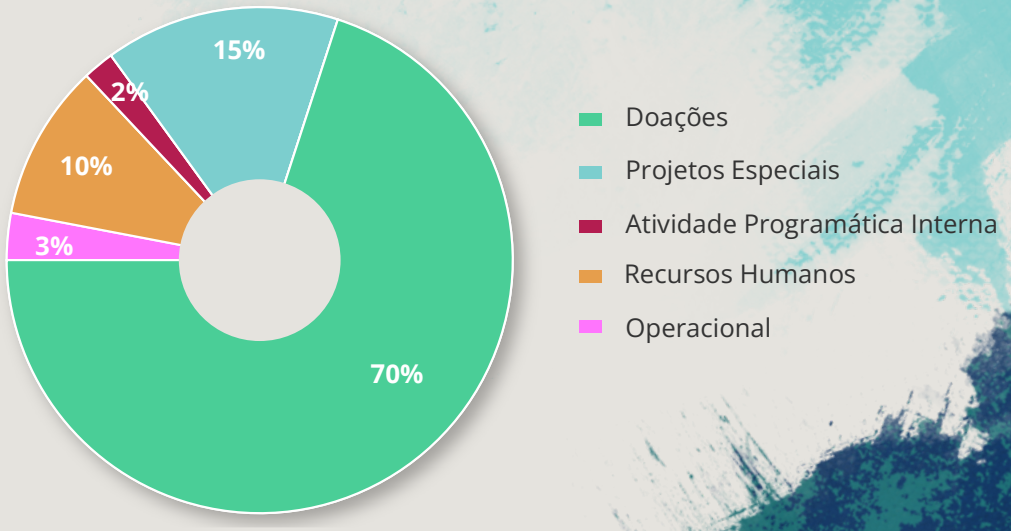
Refletindo a ampliação das atividades institucionais e o fortalecimento das parcerias estratégicas em 2025, e em parte também como decorrência das agendas relacionadas à COP30 no Brasil, registrou-se um aumento significativo no recebimento de recursos e na execução de despesas. Em comparação com o ano anterior, o incremento das receitas foi de cerca de 60%, acompanhado também de um crescimento de quase 50% nos custos anuais contabilizados.

Ao longo do ano, a meta foi perseguir a proporcionalidade de 80% para as despesas programáticas alinhadas à sua missão, com no máximo 20% dedicados às despesas operacionais. Ao fim do exercício, porém, o resultado obtido superou as espectativas, ao apontar um gasto de apenas 13% com as operações do Instituto, e concentrar um total de 87% da receita anual exclusivamente a doações (70%), projetos especiais (15%) e atividades programáticas internas (2%).

Desde 2023, um sistema integrado ERP (Enterprise Resource Planning) está apoiando as atividades e o rastreio das despesas e receitas do iCS, colaborando para a geração de informações integradas e de melhores análises de gastos. Ao longo de 2025, o Instituto reforçou seus sistemas de compliance, tanto em atividades internas – por meio da incorporação de uma área interna com equipe dedicada – quanto na implementação de análise e avaliação de riscos (due diligence) dos donatários, por meio da consolidação de políticas institucionais de gestão de riscos.

O iCS é auditado por empresas independentes de auditoria externa. Todas as suas demonstrações contábeis, emitidas sem ressalvas, são acompanhadas pelos respectivos pareceres de auditoria e pelas notas explicativas, e estão disponíveis para consulta em nosso site.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM 2025



Acesse os relatórios de auditoria



FINANCIADORES E PARCEIROS

O Instituto Clima e Sociedade mobiliza recursos da filantropia para o cumprimento de sua missão institucional. Nossas parcerias se baseiam em diálogo aberto, respeito mútuo e resultados concretos — e avançamos juntos rumo a um futuro sustentável.

Reconhecemos o compromisso dos doatários, cuja contribuição direta e indireta impulsiona a redução de emissões no Brasil. Celebramos especialmente as instituições filantrópicas que viabilizam esses recursos essenciais para a transição climática.

ACF - African Climate Foundation
Agni
Bezos Earth Fund
Bloomberg Philanthropies
CI - Conservação Internacional
CIFF - Children's Investment Fund Foundation
Climate Arc
Climate Imperative
CLUA - The Climate and Land Use Alliance
CWF - Climate Works Foundation
Department for Energy Security and Net Zero (DESNZ) of the United Kingdom
ECF - European Climate Foundation
Embaixada do Reino Unido em Brasília
FILE - Foundation for International Law for the Environment
Gates Foundation
GIH - Global Industry Hub
Google.org
Growald Climate Foundation
Hewlett Foundation
Instituto Itaúsa
Oak Foundation
OSF - Open Society Foundation
PIE - Pool Fund on International Energy
Porticus
Quadrature Climate Foundation
Rainier Climate
Sequoia Climate Foundation
Shakti Sustainable Energy Foundation
Tara Climate Foundation
The Lemelson Foundation
The Robertson Foundation
The Rockefeller Foundation
The Schmidt Family Foundation
TNC - The Nature Conservancy
UK Pact
ViriyaENB

ORGANIZAÇÕES APOIADAS

ABARÉ
ABRAMPA
AdP
ADR Sul da Bahia
AGROICONE
AIB
AIHHUAM
AKATU
AKORDE
ALZIRAS
AMAZÔNIA 4.0
AMIGOS DA TERRA
ANPR
APA-TO
APIB
APOINME
ARATICUM
ARAYARA
ASSOBIO
AURORA LAB
BELTERRA
BLEND INSTITUTE
BPC
BRANQUITUDE
CAMP CERRADO
CASA FLUMINENSE
CASA GALILEIA
CBC
CBCS
CCCA
CEA
CEAPS / PSA
CEBDS
CEBRAP
CEBRI
CEERT
CERNE
CESE
CICEF
CINDES
CIPÓ
CIR
CLIMAINFO
CLIMATE VENTURES
COALIZÃO BCFA
COIAB
COJOVEM
COLETIVO PROTEJA
COM. CHICO MENDES
COMITÊ COP-30
COMMBNE
COMUÁ
CONCERTAÇÃO
CONECTAS
CONEXSUS
CONLAGUS
CONSERVATION INTL
CONTAG
CONVERGE CAPITAL
COOPERACLIMA
COP B
COPPE
CPI
CPI-Acre
CPT-Goiás
CSC
CTI
CUICA
CULTIVAR
CUT
DAIMON
DATA PRIVACY
DELIVERY ASSOCIATES
DIEESE
DOM CABRAL
ELOGROUP
ÉMAIS
EMARANHADAS
ENGAJAMUNDO
ENOIS
EQUILÍBRIO
ESCOLHAS
ETINERANCIAS-Minas Gerais
FAS
FBDS
FBMC
FBSP
FEAGLE
FEST
FGV
FGV - Agro
FGV - Clima
FGV CeDHE
FGV CeS
FGV-SP - EAESP - FGVces
FINATEC
FIPE
FNPE
FOGO CRUZADO
FORMAD
FPJ
FSA
FUNBIO
FUND. GUAMÁ
FUNDEP
FUNDO CASA
FUNDO CATALÍTICO AMZÔNIA
FUNDOS SOBERANOS
FUTURE CLIMATE
GAIA
GAMBÁ
GELEDÉS
GEPAD
GFLAC
GHETO HUB
GIRA MUNDO
HUB RECIFE
IABsp
IAMap
IAR
IBEC
Ibiomas
ICA
ICCT
ICEN
ICV
IDC
IDEC
IDEIAS DA FLORESTA
IDESAM
IDG - Museu do Amanhã
IDS
IEA
IEI-Brasil
IEMA
IFAM
IGARAPÉ
IGPP
IIEB
IIS
IMAC
IMAFLORA
IMAZON
INEEP
INESC
INSPER
INST PAULO MARTINS
INST. ALMA PRETA
INST. DADOS
Instituto WFK-DH
INTERCIDADANIA
INTERVOZES
IOMQQ
IPAM
IPEA
IPS
ISA
ISER
ISPN
ITDP
ITS
IVH
IYALETA
JATAÍ
JOIO TRIGO
JOSUE DE CASTRO
JUST. TRILHOS
KANINDE
KOINONIA
LAB CIDADE
LAB CVM
Lab OC
LAB. LEGAL
LABJACA
LACLIMA
LAMPARINA
LCA CONSULTORES
LILAR
LUTH-E
MULHERES NEGRAS DECIDEM
MAB
MALUNGU
MAM
MANCALA
MAPARAJUBA
MAPINGUARI
MAR SALGADO
MCM
MEDH-TO
MERIDIANA
MESA BR
MIGHTY EARTH
MIQCB
MORE IN COMMON
MOV. NEGRO EVANGÉLICO
MUNDO NOVO
NA CUIA
NATIVAS BRASIL
NOSSA BH
NOSSAS
O ECO
OBS DA MINERAÇÃO
OBS MARAJO
OBSERV COD FLOREST
OCH
OIMC
OPAN
OPEL
OYA
PALMARES LAB
PARÁCICLO
POLIS
PORÓROKA
PORTAL FAVELAS
PRESERVAR
PRESERVE
PROFOREST
PSP
PSR
PUC-Rio - ECONOMIA
PUC-Rio - JUMA
PURPOSE
QUINTESSA
RADIO NOVELO
RCA
REBRIP
REGENERA
REOCUPA
REPAM
REVOLUSOLAR
RNP
SALO
SDDH
SELVAGEM CICLO
SENAI PB
SENAI PE
SENAI RJ
SENAI RN
SINGULAR ENERGIA
SIS
SISTEMA B
SLEEPING GIANTS
SOBRE
SOS Amaz
SOSMA
SUMAUMA
SUSTEN
SUSTENTAREA
SUSTNREAL
TABOA
TALANOA
TAPAJOS DE FATO
TAPAWIA
TdN
TEIÚ
TERRA DE DIREITOS
TNC
TUCUNDUBA
UFBA - FDUFBA
UFG - LAPIG
UFPA - LIC
UFPE
UFRJ - CENTRO CLIMA
UFRJ - COPPE - PPE
UFRJ - IE
UFRN - DEP - CREATION
UnB - CDS
USP - MADE
UTOPIA NEGRA
VALLYA AGRO
VERDELUZ
WAKOBORUN
WCS
WRI BRASIL
WTT
YCL
ZEROCEM

Acesse as doações realizadas pelo iCS



www.climaesociedade.org

NOSSA SEDE

Rua General Dionísio, 14 - Humaitá
Rio de Janeiro/RJ - Brasil CEP 22271-050

RELATÓRIO ANUAL iCS 2025

Coordenação Geral Marisa Bastos

Organização e Revisão Ines Garçoni, Matheus Dantas e João Pedro Cavalcanti

Coordenação Editorial e Redação Ana Paula Pimentel

Projeto Gráfico e Diagramação IG+ Comunicação Integrada

CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

Capa - Acervo MME (Entrada Zona Verde da COP30); pág.2 - Juliana Carla/Acervo iCS; pág.3 - Acervo Casa do Seguro/CNSeg (Maria) e Acervo iCS (Sérgio); pág.4 - Lucas Landau/Acervo iCS; pág.5 - Claudio Tavares/Acervo iCS; pág.6 - Acervo iCS; pág.10 - Andre Zumak/Acervo iCS, Ana Porazzi e Camila Barbosa/Acervo WRI Brasil, Acervo MME, Acervo iCS (cima para baixo); pág.11 - Rogério Cassimiro/MMA (entrada Zona Azul da COP30), Acervo iCS (foto menor); pág.12 - Acervo iCS, Diego Herculano/Acervo UN Climate Change, Zô Guimarães/Acervo UN Climate Change (cima para baixo); pág.13 - Acervo Casa do Seguro/CNSeg, Rafa Pereira/COP30 Amazônia, Youssef Ramzy/Acervo UNFCCC; pág.14 - Kadu Vassoler/Acervo iCS; pág.15 - Divulgação/CIS, Bruno Batista/WRI Brasil (enchente), Divulgação/CIS e Acervo iCS (cima para baixo); pág.16 - Filipi de Moraes/Acervo WRI Brasil; pág.17 - Filipi de Moraes/Acervo WRI Brasil (restauração), Acervo projeto Na mesa da COP30 (açaí em tigelas) Juliana Carla/Acervo iCS (extrativismo), pág.18 - Divulgação/Ari Versiani/PAC (eólica), Rafa Neddermeyer/COP30 Brasil Amazônia/PR (sessão de transição energética da Cúpula dos Líderes de Belém), Divulgação da Secretaria do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Governo do Estado do Ceará/Sema (consórcio Nordeste); pág.19 - Lucas Landau/Acervo iCS, Roosevelt Cássio/Acervo WRI Brasil (ciclovia e carro de carga elétrico); pág.20 - Jonas Pereira/Acervo da Agência Senado; pág.21 -Rogério Cassimiro/Acervo MMA (lançamento Anuário), Acervo iCS; pág.22/3 - Acervo iCS; pág.24/5 - Alex Ferro/Acervo iCS e Acervo AdaptaBrasil (tela do site); pág.26 - Claudio Tavares/Acervo iCS; 4a capa - Acervo iCS.